



Indicadores sobre a pobreza

Dados Europeus e Nacionais

Atualização Outubro 2014

SUMÁRIO EXECUTIVO

Este documento reúne a última informação estatística a nível europeu e nacional, centrando-se nas problemáticas essenciais sobre as quais a EAPN Portugal intervém.

Ainda num contexto de crise económica, alguns indicadores, como a taxa de pobreza, parecem revelar uma melhoria, no entanto, quando se analisam outros dados verifica-se que esta não é uma melhoria real e que ainda têm de ser feitos esforços aos mais diversos níveis para se reverter esta situação.

O último relatório de Portugal sobre o Ponto da situação das Metas em Portugal relativas à Estratégia 2020 é disso exemplo ao não apresentar os dados necessários para se conhecer a realidade do país na sua especificidade e, conseqüentemente não favorecer uma leitura clara e real da situação nacional em termos económicos e sociais.

Dos dados recolhidos ressalta:

- A despesa com a proteção social consiste nos pagamentos para benefícios em proteção social, que são transferidos para os indivíduos ou agregados cobrindo um conjunto de riscos ou necessidades e, em 2011, as despesas com a proteção social foram equivalentes a 28% do PIB (UE28).
- O peso da saúde e da proteção social juntos no total da despesa pública é baixo nos 12 Estados Membros, que integraram recentemente a UE, assim como em Portugal, onde representa menos da metade do total das despesas nacionais.
- Em 2012, 24.5% da população europeia (aproximadamente 122.649 milhões de pessoas na Eu-28) era considerada como estando em risco de pobreza e/ou exclusão social, de acordo com a definição adotada pela Estratégia 2020. O valor registado para Portugal era de 27.4%.
- Continuam a ser as crianças o grupo mais vulnerável a situações de pobreza ou exclusão social. A taxa de risco de pobreza ou exclusão social para as crianças desceu em 2012 para 27.6% (UE28) (2011: 28.1%, UE28). Para Portugal e segundo a Eurostat a taxa de risco de pobreza para as crianças foi de 31.6%, um aumento de 3.8 pp face ao ano anterior.
- No que diz respeito à população idosa a taxa de risco de pobreza e exclusão social diminuiu na UE28 de 19.3% em 2010 para 18.3% em 2012. No caso português essa taxa também diminuiu para 20.3% em 2012 (22.2% - 2011).
- Tendo em conta a composição do agregado familiar verificou-se que, para 2012 e para a UE28, são as famílias monoparentais com filhos a cargo (49.7%) que estão em maior risco de pobreza ou exclusão social, logo seguidos das pessoas solteiras (33.3%) e pelos agregados formados por dois adultos com três ou mais filhos dependentes (32.2%).
- Verificou-se que mais de 10.7% da população da UE28 foi considerada como vivendo em agregados com muito baixa intensidade de trabalho, em 2012. Em Portugal, 12.2% da população com menos de 60 anos vivia em agregados com muito baixa intensidade de trabalho, o que significou um aumento de 2.1pp face ao ano anterior.

- Em 2013, 9.6% da população da UE foi considerada como estando em situação de privação material severa, sendo as famílias monoparentais as que apresentam uma maior vulnerabilidade (19.9%). Em Portugal, entre 2012 e 2013, houve um aumento de 237 mil pessoas em situação de privação material severa, passando de uma taxa de privação material severa de 8.6% para 10.9%. A taxa de privação material severa das famílias de dois adultos e três ou mais filhos (32.7%) é a mais elevada desde 2004, altura em que iniciaram a recolha destes dados, e sofreu um aumento de 22.4pp face a 2012.
- Em 2012, 16.7% da população da UE28 encontrava-se em risco de pobreza isto é, com rendimentos inferiores ao limiar de 60% do rendimento mediano equivalente. Em Portugal essa taxa foi de 18.7%.
- Tendo por base um limiar de pobreza fixo em 2008, a taxa de risco de pobreza, em 2012, para Portugal seria de 22.3% e para a UE27 de 18.3%.
- O Eurostat aponta uma taxa de desemprego em Julho de 2014 para a UE28 de 10.2% e que se traduz em 24850 milhões de homens e mulheres sem emprego. Em Portugal essa taxa foi de 14%.
- Relativamente ao desemprego jovem, 5 062 milhões de jovens (com idades inferiores a 25 anos) estavam desempregados na UE28 (3 327 milhões na zona euro). A taxa de desemprego jovem para a UE28 foi de 21.7% em Julho de 2014.
- De acordo com os dados disponibilizados pelo Eurostat grandes desigualdades na distribuição do rendimento foram verificadas entre a população da UE28 em 2012: 20% da população com o rendimento disponível mais elevado, recebia 5 vezes mais do que 20% da população com o mais baixo rendimento disponível. Para Portugal, os dados do Eurostat indicam um aumento constante do indicador S80/S20 desde 2009.
- Em 2012, 5.2% dos cidadãos europeus (UE-28) viviam em agregados que enfrentavam graves privações ao nível da habitação. Esta taxa sobe para 15.3% quando nos referimos aos cidadãos europeus que pertencem a um agregado com 3 ou mais adultos e filhos dependentes. Em Portugal, as pessoas mais vulneráveis à privação habitacional severa são as que residem em agregados com dois adultos e três ou mais filhos (18.8%). Por outro lado, 11 % da população da UE28 (Portugal: 8.3%) viviam em agregados nos quais gastavam mais de 40% do seu rendimento disponível com a habitação.
- A população europeia está a aumentar, enquanto a estrutura etária está a envelhecer (com a entrada na reforma das gerações do pós-guerra), as pessoas vivem mais, a esperança de vida continua a aumentar, mas o índice de fertilidade aumenta muito lentamente. Em 2012, e para a UE27, a percentagem de população jovem (0-14 anos de idade) foi 15.6% na UE27 (PT: 14.8%), a percentagem de pessoas em idade ativa foi 66.6% (PT: 65.8%) e a população idosa (65 ou mais anos) 17.8% (PT: 19.4%).
- Em termos de índice de dependência dos idosos verificou-se que para 2012 e para a UE27 este foi de 26.8% (29.6% em PT), ou seja, havia cerca de 4 pessoas em idade ativa para cada pessoa com 65 ou mais anos.
- Segundo a OCDE, as projeções indicam que a população portuguesa com 65 e mais anos, em 2050, poderá aumentar 32% e a população com 80 ou mais anos, 11%. As projeções são superiores às médias esperadas para a OCDE: 25.7% e 10% respetivamente.

Introdução

Os últimos três anos foram marcados por vários acontecimentos ao nível nacional e mundial que influenciaram de forma decisiva os principais indicadores de que procuramos dar conta neste documento. A situação de Portugal no contexto europeu devido à dependência da Troika, da qual só muito recentemente nos encontramos afastados, a situação difícil de vários países europeus, nomeadamente dos países do Sul da Europa, onde as taxas de desemprego são muito elevadas e os níveis de endividamento é alarmante; os conflitos armados que surgem em vários pontos do globo deixam-nos um cenário pouco animador para o futuro. A situação mundial é atualmente de grande incerteza a todos os níveis, sobretudo económico e financeiro.

Por outro lado, ao nível europeu encontramos-nos em fase de implementação do novo pacote financeiro dos Fundos Comunitários, o que é sempre um momento de grande expectativa à capacidade de atração de verbas comunitárias para Portugal, sobretudo no que diz respeito à pobreza e exclusão social.

Uma preocupação que decorre da leitura do documento prende-se com as crianças em Portugal; são de facto mais atingidas pela pobreza e trata-se de um indicador que mantém essa tendência ao longo dos anos. Um país que não consegue suprir as necessidades mais básicas das crianças (sobretudo as que se referem a carências alimentares) é um país que não pode prever o seu futuro e a capacidade de construir uma economia sólida. Para além dos números relacionados com a pobreza infantil temos também um índice de envelhecimento da população elevadíssimo, decorrente da falta de investimento em políticas de apoio à família. Estima-se que esta situação irá agravar-se no atual contexto de crise, o que terá consequências no próprio sistema de proteção social. Daremos conta desses números no presente documento.

A questão do emprego ressalta também do documento e coloca-nos numa situação de alarme social face à elevada taxa de desemprego que, em muitos casos, afeta os dois elementos do agregado familiar. A retoma da economia, se não se tornar uma realidade a médio prazo a taxa de desemprego irá aumentar, colocando ainda mais agregados numa situação de vulnerabilidade social. Para além desta realidade, as características do emprego em Portugal favorecem também a vulnerabilidade social, visto que muitos dos que trabalham não conseguem, ainda assim, sair de uma situação de pobreza. O número de trabalhadores pobres em Portugal é surpreendentemente alto e não se trata de um fenómeno que resulta da crise atual; sempre assim foi. Em Portugal a mão-de-obra é mal paga e o emprego precário predomina e os grandes grupos económicos que muitas vezes criam Fundações com fins sociais ou culturais são aqueles que eternizam esta condição de precariedade dos nossos trabalhadores.

A questão da educação que, durante muitos anos foi vista e comprovada com dados estatísticos como sendo uma forma de sair do ciclo vicioso da pobreza, atualmente já não tem uma correlação tão direta. Primeiro, porque, devido à crise, há cada vez mais estudantes a abandonar o ensino superior e depois porque muitos dos jovens recém-licenciados são recrutados por empresas estrangeiras para ajudar esses países a crescer.

1- ALGUNS INDICADORES INERENTES À POBREZA E À EXCLUSÃO SOCIAL NA EUROPA

Despesas com Proteção Social

A despesa com a proteção social consiste nos pagamentos para benefícios em proteção social, que são transferidos para os indivíduos ou agregados, cobrindo um conjunto de riscos ou necessidades. Em 2011 o investimento com este tipo de benefício na UE 28 foi equivalente a 28% do PIB, valor ligeiramente inferior aos dois anos anteriores (28.2% em 2010 e 28.3.1% em 2009)¹. O investimento português nesta área correspondeu apenas a 25% do PIB, em 2011, verificando-se também uma redução desde 2009 (25.5% do PIB). Por outro lado, a UE 28 investiu 7027.58€ por habitante em benefícios em proteção social, um valor que tem vindo a aumentar desde 2008, altura em que se começou a recolher informações sobre a UE28. Em 2008, as despesas com pagamento de benefícios em proteção social era de 6408.95€ por habitante. É importante sublinhar que o investimento do Estado Português com estes benefícios é significativamente inferior, correspondendo apenas a cerca de 58% da média europeia (EU 28). Esta proporção tem vindo a descer desde 2009, altura em que este investimento correspondia a 61% da média europeia.

Figura 1: Total das despesas em proteção social, por país, 2011

	% of GDP	euro per inhabitant	Million euro		% of GDP	euro per inhabitant	Million euro
EU28	28,0	7.027,58	3.552.843,79	LT	16,3	1.671,47	5.061,39
EU27	28,0	7.069,75	3.543.883,02	LU	22,2	17.838,71	9.246,64
Euro area (18)	28,7	8.121,44	2.708.256,50	HU	22,8	2.258,38	22.519,93
Euro area (17)	28,7	8.162,88	2.705.262,41	MT	18,5	2.978,09	1.239,68
BE	29,0	9.693,42	107.090,46	NL	30,5	10.928,07	182.423,00
BG	17,2	899,30	6.608,33	AT	29,0	10.320,15	86.753,08
CZ	19,8	2.930,84	30.762,40	PL	18,7	1.802,04	69.440,23
DK	32,8	14.155,42	78.853,79	PT	25,0	4.045,36	42.709,14
DE	28,3	9.015,06	737.410,57	RO	16,1	1.051,28	21.180,66
EE	15,9	1.941,21	2.576,84	SI	24,6	4.327,43	8.883,53
IE	28,3	10.058,74	46.036,79	SK	17,7	2.267,62	12.241,50
EL	28,9	5.408,98	60.165,23	FI	29,2	10.242,51	55.189,41
ES	25,6	5.736,47	268.138,24	SE	29,1	11.881,84	112.274,03
FR	31,6	9.707,20	632.262,00	UK	27,6	7.728,96	488.925,75
HR	20,3	2.092,21	8.960,77	IS	24,7	7.825,86	2.496,56
IT	28,4	7.559,80	448.897,00	NO	24,6	17.559,61	86.974,27
CY	22,4	4.700,19	3.999,30	CH	24,4	14.614,22	115.633,50
LV	14,8	1.453,65	2.994,09				

Fonte: Eurostat ([spr_exp_sum](#))

¹ Eurostat ([spr_exp_sum](#))

No quadro seguinte é ainda possível observar os benefícios da proteção social por grupos de funções:

Quadro 1: Benefícios da proteção social por grupos de funções, 2011 (% do PIB)

	Velhice	Doença, cuidados de saúde	Deficiência	Família e Crianças	Desemprego	Habituação	Exclusão social
UE-28	11.2	8.3	2.1	2.2	1.5	0.6	0.4
EA-18 ²	11.2	8.5	2.0	2.3	1.8	0.4	0.5
PT	11.9	6.3	2.1	1.2	1.4	0.0	0.3

Fonte: Eurostat ([spr_exp_sum](#))

Segundo a *General Government Expenditure in 2011 – Focus on the functions ‘social protection’ and ‘health’*³, o peso da saúde e da proteção social juntos no total da despesa pública é baixo nos 12 Estados Membros, que integraram recentemente a UE, assim como em Portugal, onde representa menos da metade do total das despesas do Governo. Os efeitos da crise económica fizeram-se também sentir nas despesas com a proteção social e a saúde. Este aumento em termos de PIB verificado entre 2008 e 2009 não se deve a um crescimento mais forte em números absolutos, mas a uma queda no PIB a preços correntes. Comparativamente com 2002, a despesa com a saúde e a proteção social em percentagem de PIB aumentou em 4 pontos percentuais ou mais (5.3 no caso de Portugal), na Estónia, Grécia, Espanha, Itália, Holanda, Portugal, Finlândia e Reino Unido.

Risco de Pobreza e exclusão social (Estratégia 2020)

O Eurostat estimava que, em 2012⁴, 24.5% da população da UE28 vivia em agregados em situação de pobreza e exclusão social (122.649 mil pessoas), um decréscimo de 0.3pp e de 1874 mil pessoas face ao ano anterior. Entre 2011 e 2012 a parcela da população em risco de pobreza e exclusão social aumentou num terço dos Estados Membros (Grécia; Chipre; Irlanda; Itália; Roménia; Hungria; Malta e Portugal). Relativamente a 2012, neste momento foram apenas disponibilizados os dados de 23 dos 28 países da UE. Destes 23 países, a taxa de pobreza e exclusão social aumentou em 11 países, sendo que foi em Portugal que se verificou o maior aumento (2.1pp) e na Lituânia onde houve uma maior decréscimo (1.7pp). Este indicador (ARPE – People at-risk-of-poverty or social exclusion rate) é definido com a percentagem de população em, pelo menos, uma das seguintes 3 condições: 1) risco de pobreza, isto é, abaixo do limiar de pobreza; 2) numa situação de privação material severa; 3) vivendo num agregado com uma muito baixa intensidade de trabalho. Desagregando cada uma das situações que compõem o indicador verificou-se que para 2012 e para a UE28 e Portugal:

Quadro 2: Pessoas em risco de pobreza ou exclusão social por tipologia de riscos, 2011 e 2012

² Zona Euro

³ *General Government Expenditure in 2011 – Focus on the functions ‘social protection’ and ‘health’*, Statistics in Focus 9/2013, Eurostat, 2013

⁴ Eurostat ([ilc_peps01](#)); *Eurostat Newsrelease, 184/2013, 5 Dezembro 2013*; *European Social Statistics – 2013 Edition*, Eurostat Pocketbooks, 2013, p. 170; *Children were the age group at the highest risk of poverty or social exclusion in 2011*, Statistics in Focus 4/2013, Eurostat, 2013; *At risk of poverty or social exclusion in the EU27*, Newsrelease 28/2013, Eurostat, 26 de Fevereiro 2013

Ano de referência	2011		2012	
	UE28	PT	UE28	PT
Percentagem do total da população em risco pobreza ou exclusão social (%)	24.8	25.3	24.5	27.4
Número de Pessoas (1000 pessoas)	124.5	2.667	122.6	2.877
População em risco de pobreza (%)	16.9	17.9	16.7	18.7
População em situação de privação material severa (%)	9.9	8.6	9.6	10.9
População com idade inferior a 60 anos vivendo em agregados com muito baixa intensidade de trabalho (%)	10.5	10.1	10.7	12.2
EU-SILC	2012		2013	

Fonte: Eurostat ([ilc_peps01](#)); ([ilc_li02](#)); ([ilc_mddd11](#)); ([ilc_lvhl11](#))

Em termos de grupos etários, verificou-se que continuam a ser as crianças o grupo mais vulnerável a situações de pobreza ou exclusão social. Em 2012, a taxa de risco de pobreza ou exclusão social para as crianças para a UE28 diminuiu, passando a ser de 27.6%. Nos restantes grupos etários, verificou-se igualmente um decréscimo desta taxa. No entanto, para Portugal a taxa de risco de pobreza e exclusão social aumentou 3.8pp para as crianças e 2.9 pp para os adultos dos 18 aos 64 anos. Para os idosos, pelo contrário, verificou-se uma diminuição da taxa em 1.9pp.

Quadro 3: Pessoas em risco de pobreza ou exclusão social por grupo etário, 2012 (%)

Ano referência	UE-28		EA18		PT	
	2011	2012	2011	2012	2011	2012
0-17	28.1	27.6	25.7	25.0	27.8	31.6
18-64	25.4	25.3	24.4	24.3	25.6	28.5
65 ou +	19.3	18.3	17.5	16.5	22.2	20.3
EU-Silc	2012	2013	2012	2013	2012	2013

Fonte: Eurostat ([ilc_peps01](#))

A situação das crianças continua a ser preocupante em quase todos os Estados Membros. Em países como a Roménia (48.5%), o Reino Unido (32.6%) e Malta (32%), a diferença entre a taxa de risco de pobreza e exclusão social para as crianças e para a população em geral era de mais 10 pp.

Segundo os dados mais recentes do Eurostat os principais fatores que afetam a pobreza infantil são a situação laboral dos pais, associada ao seu nível de educação, a composição do agregado no qual a criança vive e a eficácia da intervenção estatal, através do apoio financeiro e de serviços. Os dados referem ainda que a situação das crianças filhas de pais imigrantes constitui-se também alvo de preocupação e de grande vulnerabilidade.

Relativamente à taxa de risco de pobreza das pessoas idosas, esta tem vindo a descer na maioria dos Estados Membros desde 2008. Segundo o Eurostat⁵ a melhoria da situação relativa das pessoas idosas reflete o fato das pensões terem permanecido, em grande medida, inalteradas durante a crise, e, em alguns casos, trazerem o rendimento dos pensionistas acima do limiar da pobreza; no entanto, isto deve-se a mudanças no total de rendimento redistribuído ao invés da sua real situação económica.

➤ **Composição do agregado familiar**

A composição do agregado familiar tem efeitos significativos em termos de rendimento disponível. Tendo em conta este indicador verificou-se para 2012 e para a UE28 que são as famílias monoparentais com filhos a cargo (49.7%) que estão em maior risco de pobreza ou exclusão social, logo seguidos das pessoas solteiras (33.3%) e pelos agregados formados por dois adultos e três ou mais crianças dependentes (32.2%). Tendo em conta a situação das crianças, ou seja dos agregados com crianças a cargo verifica-se que são as famílias monoparentais e as famílias alargadas (2 adultos com 3 ou mais crianças a cargo e 3 adultos ou mais com crianças a cargo) que se encontram em maior risco de pobreza e exclusão social, respetivamente, 49.7%, 32.2% e 31.1%.

➤ **Situação face ao mercado de trabalho**

À semelhança do fator anterior, o trabalho tem também um papel fundamental como fonte de rendimento para os agregados familiares, logo tem também um impacto na situação de pobreza e exclusão social da população. Para perceber a relação entre o emprego e o risco de pobreza, foi definido o indicador intensidade de trabalho⁶. 10.7% da população da UE28 com menos de 60 anos foi considerada como vivendo em agregados com uma baixa intensidade de trabalho em 2012. **O país onde se verificou o maior aumento deste indicador entre 2011 e 2012 foi Portugal (2.1 pp).**

➤ **Nível de escolaridade**

O risco de pobreza aumenta à medida que o nível de escolaridade diminui. Na UE28, em 2012, 65% das crianças cujos pais detinham baixos níveis de escolaridade estavam em risco de pobreza e exclusão social, por comparação com 10.1% das crianças cujos pais detinham níveis mais elevados de escolaridade. Esta situação verifica-se em todos os Estados Membros. **Em Portugal, 48.2% das crianças com pais com baixos níveis de escolaridade estavam em risco de pobreza.**

➤ **A situação das famílias imigrantes**

As crianças oriundas de famílias de imigrantes tendem a estar mais vulneráveis às situações de pobreza do que a restante população infantil. Em 2011, as crianças (com idades entre os 0-17 anos) com pelo menos um pai imigrante estava em maior risco de pobreza (+13.0 pp mais) do que as crianças com pais nativos do país. As percentagens mais elevadas de crianças em risco de pobreza com pelo menos um familiar imigrante foram verificadas em Espanha (45.5%), Grécia (43.1%) e França (39.3%). As percentagens mais baixas verificaram-se em Malta (17.9%), Estónia (16.9%) e República Checa (14.9%)⁷.

⁵ Para mais informações: EU Employment and Social Situation – Quarterly Review, *Trends in Poverty and social exclusion between 2012 and 2013 Supplement*, March 2014

⁶ Intensidade de Trabalho reflete o quanto os adultos em idade de trabalho, num agregado, trabalharam, em relação com o seu potencial de trabalho num ano.

⁷ *Children were the age group at the highest risk of poverty or social exclusion in 2011*, Statistics in Focus 4/2013, Eurostat, 2013.

Por outro lado, verifica-se igualmente uma maior vulnerabilidade à pobreza por parte da população estrangeira adulta, comparativamente à população autóctone⁸. Em 2012, segundo os dados provisórios do Eurostat, 40% dos estrangeiros que residiam na UE28 encontravam-se em situação de pobreza e exclusão social, sendo que na Espanha e na Bulgária a percentagem de estrangeiros em situação de pobreza e exclusão social ultrapassa os 50% (52.4% e 56.5% respetivamente). Tendo em conta apenas os estrangeiros provenientes de países extracomunitários, a situação torna-se ainda mais precária. Ao nível da média europeia (UE28), verifica-se que 48.7% dos estrangeiros extra UE28 se encontram em situação de pobreza e exclusão social. Os países com uma maior proporção de estrangeiros extra UE28 em situação de pobreza e exclusão social são Espanha (59.5%), Bulgária (57.2%) e França (55.8%). No entanto, ainda não foram disponibilizados os dados referentes a Bélgica e Grécia que, em 2011, possuía uma taxa de pobreza superior a 60% para os cidadãos estrangeiros extracomunitários. Os dados provisórios para 2012 retratam um aumento de 2.7 pp na taxa de pobreza junto dos cidadãos estrangeiros a residir na UE28 e de 4.3pp junto dos extra comunitários. Em relação a Portugal, em 2012, 48.8% dos cidadãos estrangeiros estavam em situação de pobreza e exclusão social. Esta percentagem sobe para 51.7% quando nos referimos apenas aos estrangeiros extra comunitários.

Taxa de risco de pobreza

Em 2011, 16.9% da população da UE28 encontrava-se em risco de pobreza, isto é, com rendimentos inferiores ao limiar de 60% do rendimento mediano equivalente. Segundo o Eurostat⁹ existem variações consideráveis entre os Estados Membros, sendo que as taxas mais elevadas verificaram-se na Grécia (23.1%) e Roménia (22.6%), Espanha (22.2%) e Bulgária (21.2%), e as mais baixas na República Checa (9.6%), Holanda (10.1%), Dinamarca (13.1%), Finlândia e Eslováquia (13.2%). Em 2012, verificou-se um ligeiro decréscimo da taxa de risco de pobreza para a média europeia, passando para 16.7%.

É importante realçar que esta taxa tem por base o rendimento mediano, e o facto de este ter descido em alguns países significa que a taxa também desceu. **Neste sentido, as pessoas que estavam perto da linha da pobreza passaram para cima dessa linha, mesmo não se verificando mudanças significativas nas suas condições de vida.** Segundo o Eurostat a combinação entre a deterioração do mercado de trabalho e o efeito estabilizador do enfraquecimento da proteção social ao longo do tempo pode resultar numa queda acentuada do rendimento disponível das famílias, e por conseguinte pode resultar numa queda do limiar da pobreza. Nestes casos, as mudanças na taxa (relativa) de risco de pobreza não reflete necessariamente mudanças no rendimento dos agregados. A taxa de pobreza ancorada no tempo permite distinguir estes dois efeitos¹⁰.

Quando 5: Taxa de risco de pobreza depois das transferências sociais por sexo e idade, 2011 e 2012 (%)

Total	Por sexo		Por grupos de idades		
	Masculino	Feminino	0-17	18-64	65 e +

⁸ Eurostat ([ilc_peps05](#))

⁹ Eurostat Newsrelease, 184/2013, 5 de Dezembro 2013; *European Social Statistics – 2013 Edition*, Eurostat Pocketbooks, 2013.

¹⁰ Para mais informações: EU Employment and Social Situation – Quarterly Review, *Trends in Poverty and social exclusion between 2012 and 2013 Supplement*, March 2014

Ano de referência	2011		2012		2011		2012		2011		2012	
	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012
UE-28	16.9	16.7	16.3	16.1	17.5	17.2	20.7	20.3	16.5	16.4	14.6	13.8
EA-18	17.0	16.7	16.3	16.0	17.7	17.6	20.6	19.9	16.8	16.7	14.1	13.3
PT	17.9	18.7	17.5	18.8	18.2	18.6	21.8	24.4	16.9	18.4	17.4	14.6
Eu-silc	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013

Fonte: Eurostat ([ilc_li02](#))

A situação face ao emprego, assim como o nível de educação são fatores que têm impacto na taxa de risco de pobreza. Os desempregados são dos grupos mais vulneráveis e, em 2012, quase 50% (46.5%) estava em risco de pobreza na UE28. Em termos educacionais, 27.9% da população da UE28 dos 18 aos 64 anos com baixo nível educacional estavam em 2012 em risco de pobreza. Para os que possuíam elevado nível de educação essa taxa foi de 7.7%.

Se considerarmos a taxa de risco de pobreza antes das transferências sociais verifica-se que esta mantém-se estável entre 2011 e 2012 para a UE quando contabilizamos as pensões no cálculo da taxa de pobreza e aumenta 0.3 pp quando excluimos este benefício social.

Quadro 6: Taxa de risco de pobreza antes das transferências sociais, 2011 e 2012 (%)

Ano de referência	Inclui pensões		Exclui pensões	
	2011	2012	2011	2012
UE-28	25.8	25.8	44.1	44.4
EA-17	25.2	25.2	43.9	44.4
PT	25.3	25.5	45.4	46.9
Ano de referência	2012	2013	2012	2013

Fonte: Eurostat ([ilc_li10](#)); ([ilc_li09b](#))

Pobreza ancorada no tempo e atualização da taxa de risco de pobreza para 2013¹¹

Tendo por base um limiar de pobreza fixo em 2008, a pobreza ancorada no tempo para a UE28, em 2012 (EU-Silc 2013), foi de 18.3%, um valor muito próximo ano anterior (18.2%). Tendo em conta a pobreza ancorada no tempo, a Letónia seria o país da UE com maior taxa de risco de pobreza (35%) e o Chipre seria o país da EU a verificar o maior aumento nesta taxa entre 2011 e 2012 (5.7pp).

¹¹ Eurostat ([ilc_li22b](#))

Para Portugal, a taxa de risco de pobreza teria tido um aumento constante desde 2010 e entre 2011 e 2012 teria um acréscimo de 2.9pp, passando para uma taxa de pobreza de 22.3%. Relembre-se que, tendo em conta o limiar de pobreza estimado para 2012, a taxa de risco de pobreza foi de 18.7%.

Exclusão Social: Taxa de Privação Material Severa

O Comité de Protecção Social (Subgrupo dos Indicadores) definiu um indicador não monetário de condições de vida como forma de medir a exclusão social. Este indicador é definido como: “a ausência de pelo menos 4 dos 9 itens que a seguir se apresentam: capacidade para fazer face a despesas inesperadas; capacidade para pagar uma semana de férias por ano fora de casa; existência de dívidas; capacidade de fazer uma refeição com carne frango ou peixe de dois em dois dias; capacidade de manter a casa quente; ter uma máquina de lavar, uma TV a cores, um telefone ou carro próprio”.

Em 2013, 9.6% da população da UE-28 é considerada como estando em situação de privação material severa ou seja, 48.248 mil pessoas. A taxa de privação excedeu os 40% na Bulgária e os 25% na Hungria e Roménia. As taxas mais baixas pertencem a Suécia (1.4%), Holanda e Finlândia (2.5%). **Em Portugal, entre 2012 e 2013, houve um aumento de 237 mil pessoas em situação de privação material severa, passando de uma taxa de privação material severa de 8.6% para 10.9%.**

As crianças (com idades entre os 0-17 anos) na UE28 detinham a mais elevada taxa de privação material severa (11.0%) por comparação com os adultos (10%) e os idosos (7.0%). A taxa de privação material severa para o total da população foi de 9.6% (UE28). Para Portugal esses valores foram: 13.9% (crianças dos 0-17 anos); 10.7% (adultos com idades entre os 18-64 anos) e 9.0% para os idosos (65 ou + anos). Os dados apresentados apontam para um agravamento da pobreza material severa, com um crescimento de 3.6 pp para as crianças; de 2.5 pp para os adultos; e de 0.6 pp para os idosos.

Na UE28, verificou-se, em 2013, que 19.9% das famílias monoparentais estavam em situação de privação material severa, por comparação com uma média de 10.6% de agregados com crianças a cargo e de 8.6% dos agregados sem filhos dependentes. Em Portugal, destaca-se também a vulnerabilidade das famílias com filhos a cargo. Segundo os dados provisórios para 2013, a privação material severa aumentou 4.4 pp junto das famílias monoparentais, 4.8 pp junto famílias constituídas por três ou mais adultos com filhos dependentes e 22.4 pp junto das famílias compostas por dois adultos com três ou mais filhos. Sublinhe-se que a taxa de privação material severa das famílias de dois adultos e três ou mais filhos (32.7%) é a mais elevada desde 2004, altura em que iniciaram a recolha destes dados.

Quadro 4: Situação de privação (seleção de alguns itens) por tipo de agregados familiares, em 2012 e 2013 (%)

Ano referência /	Famílias sem filhos dependentes		Unipessoal		Famílias com filhos dependentes		Monoparental		2 adultos com 3 ou mais filhos dependentes		3 ou mais adultos com filhos dependentes	
	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013

EU-Silc												
EU (28)	8,7	8.6	12,2	11.8	11,1	10.6	21,4	19.9	11,8	11.4	16,2	14.9
EA (18)	7,0	6.9	10,5	10.0	8,4	8.0	18	15.2	8,1	8.7	12,0	11.2
Portugal	8,2	9,6	12,3	14,2	9,0	12,2	18,5	22.9	10,3	32,7	10,4	15,2

Fonte: Eurostat ([ilc_mddd13](#))

Fazer face a despesas inesperadas¹²

Tendo por base os itens da privação material severa, o item relacionado com a possibilidade de fazer face a despesas inesperadas sofreu uma diminuição de 0.7pp, entre 2011 e 2012, para a UE28. Segundo o Eurostat, em 2012, 39.6% da população da UE28 referiram ter dificuldades em enfrentar despesas inesperadas. Por comparação com o ano anterior, a percentagem de pessoas a referir esta dificuldade aumentou para 7.3 pp em Portugal, o maior aumento verificado na EU28. **A percentagem da população a residir em Portugal com dificuldade em fazer face a despesas inesperadas foi de 43.2%.** O país onde se verifica uma taxa mais elevada é a Hungria onde 74.2% da sua população não conseguem fazer face a este tipo de despesas. Suécia, por outro lado, é o país onde essa percentagem é menor (18.2%).

Emprego/Desemprego

O Relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre as tendências globais do emprego¹³ destaca a desaceleração do crescimento ao nível global e o novo aumento do desemprego, referindo a existência de 201 milhões de pessoas sem um emprego no ano 2013, um aumento de 5 milhões de pessoas face a 2012. *Se a atual tendência continuar, o desemprego global deverá piorar ainda mais, ainda que gradualmente, atingindo mais de 215 milhões de pessoas a procura de emprego em 2018. Durante esse período, deverão ser criados cerca de 40 milhões de postos de trabalho líquidos anuais, um número inferior a que se prevê que entrem no mercado de trabalho, cerca de 42.6 milhões de pessoas. A taxa global de desemprego deverá manter-se praticamente constante durante os próximos cinco anos, ou seja, em meio ponto percentual acima do registado antes da crise.*

Por outro lado, o período de desemprego também tem vindo a aumentar. Em alguns países, a duração do desemprego duplicou face ao período anterior a crise. Verificou-se igualmente um aumento da precariedade laboral. O trabalho por contra própria e o trabalho familiar corresponderam, em 2013, a 48% do emprego total, um aumento de 1% face ao ano anterior.

Este relatório reforça igualmente que a atual crise está a afetar, de forma desproporcional, os jovens. Estima-se que 74.5 milhões de jovens (dos 15 aos 24 anos) estavam desempregados em 2013, o que corresponde um aumento de cerca de 1 milhão de jovens face ao ano anterior. A taxa de desemprego junto dessa população (13.1%) é quase três vezes mais elevada que a taxa de desemprego dos adultos. Preocupante é também o constante aumento da proporção de jovens que não trabalham nem estudam. Em alguns países, quase um quarto dos jovens entre os 15 e os 29 anos estão nessa situação.

¹² Eurostat ([ilc_mdes04](#))

¹³ *Global Employment Trends 2014. Risk of a jobless recovery?*, Genebra, ILO, 2014.

Um último apontamento que se pretende aqui deixar neste retrato da situação do emprego/desemprego no mundo prende-se com a situação dos trabalhadores pobres. O relatório refere que a pobreza no trabalho continua a diminuir, embora de forma mais lenta. No entanto, existem no mundo 375 milhões de trabalhadores que estão em situação de pobreza extrema.

No que diz respeito aos dados mais recentes para a Europa, o Eurostat¹⁴ aponta uma taxa de desemprego em Julho de 2014 e para a UE28 de 10.2% (24 850 milhões de pessoas) e para a EA18 de 11.5% (18 409 milhões de pessoas). As taxas de desemprego para a UE28 e para a EA18 mantiveram-se estáveis face a Junho de 2014, e diminuíram comparativamente ao mês homólogo: menos 0.7 pp para a UE28; menos 0.4 para a EA18.

De entre os Estados-Membros as mais baixas taxas de desemprego registaram-se na Áustria e na Alemanha (4,9% ambas), e as mais elevadas na Grécia (27.2%, em Maio de 2014) e em Espanha (24.5%). Portugal foi um dos países onde se registou uma das maiores descidas (16.3% para 14.0%).

No que diz respeito ao desemprego jovem, em Julho de 2014, 5 062 milhões de jovens (com idades inferiores a 25 anos) estavam desempregados na UE28 (3 327 milhões na zona euro). A taxa de desemprego jovem para a UE28 foi de 21.7% (23.6% em Julho de 2013) e 23.2% na EA18 (24.0% em Julho de 2013). Para Portugal essa taxa diminuiu entre Julho de 2013 e Julho de 2014, de 37.6% para 35.5%.

Segundo o Eurostat a taxa de desemprego dos jovens é geralmente mais elevada do que a taxa de desemprego para todas as idades. A crise económica parece ter atingido mais os jovens do que as outras faixas etárias. Desde o início de 2009, a diferença entre a taxa de desemprego jovem e a taxa de desemprego total aumentou, de modo que no final de 2012, a taxa de desemprego jovem era 2.6 vezes a taxa total¹⁵.

No que diz respeito ao Emprego¹⁶, verificou-se que o número de pessoas empregadas aumentou 0.1%, quer na EA17, quer na UE28, no quarto trimestre de 2013 por comparação com o trimestre anterior. O número de pessoas empregadas foi de 223.6 milhões para a UE28, sendo que 145 milhões eram da zona euro.

Tendo em conta os países para os quais existem dados disponíveis verificou-se, em comparação com o trimestre anterior, que a Lituânia (+1.0%), Irlanda e Portugal (ambos +0.7%) tiveram a maior subida desta taxa, enquanto a maior descida se verificou na Estónia (-1.3%), Letónia (-1.1%) e Chipre (-0.6%).

Desigualdade em matéria de distribuição do rendimento¹⁷

A distribuição do rendimento é analisada olhando para a forma como o rendimento total disponível equivalente é partilhado entre os diferentes estratos da população de acordo com o nível de rendimento. De acordo com os

¹⁴ *Euro area unemployment rate at 11.5%*, Newsrelease 129/2014 de 29 de Agosto 2014.

¹⁵ Para mais informações consultar: *Unemployment Statistics* em http://epp.eurostat.ec.europa.eu/statistics_explained/index.php/Unemployment_statistics

¹⁶ *Employment up by 0.1% in euro area and EU28*, Newsrelease 39/2014 de 14 de Março 2014.

¹⁷ *European Social Statistics – 2013 Edition*, Eurostat Pocketbooks, 2013, p. 176 e ss.

dados disponibilizados pelo Eurostat grandes desigualdades na distribuição do rendimento foram verificadas entre a população da UE28 em 2012: 20% da população com o rendimento disponível mais elevado, recebia 5 vezes mais do que 20% da população com o mais baixo rendimento disponível. Este rácio variava consideravelmente pelos Estados Membros, de 3.4 na República Checa, para 6.6 na Bulgária. Os dados do Eurostat indicam um aumento constante do indicador S80/S20 desde 2009 para Portugal (EU-Silc 2010). Em 2012, 20% da população com o rendimento disponível mais elevado, recebia 6 vezes mais do que 20% da população com o mais baixo rendimento disponível.

Quadro 7: Desigualdade na distribuição do rendimento, 2011 e 2012 (S80/S20) (%)

Ano de referência	2011	2012
UE-28	5.0	5.0
EA-18	5.0	5.0
PT	5.8	6.0
Eu-Silc	2012	2013

Fonte: Eurostat ([ilc_di11](#))

O coeficiente de Gini¹⁸ é um índice que permite medir as desigualdades permitindo perceber se um país ou região está mais próximo de uma total igualdade de rendimentos ou de uma total desigualdade de rendimentos. A média europeia (EU28) foi de 30.4 em 2011, subindo para 30.5, em 2012. Dentro da UE verifica-se uma diferença de cerca de 11 pontos entre o país com maior nível de desigualdade – Bulgária (35.4) - e o país com menor nível de desigualdade - Eslovénia (24.2). Para Portugal, o coeficiente de Gini, em 2012, era de 34.2, tendo diminuído 0.3 pp face a 2011. Assim, se a diferença entre os mais 20% mais ricos e os 20% mais pobres aumentou entre 2012 e 2013, em Portugal, a desigualdade de rendimentos (tendo em conta toda a população portuguesa) diminuiu.

Condições de habitação na Europa¹⁹

Em 2013, 5.2% dos cidadãos europeus (UE-28) viviam em agregados que enfrentavam graves privações ao nível da habitação. Este indicador é definido como a percentagem de população que vive num lar que é considerado sobrelotado e com pelo menos 3 situações habitacionais das seguintes referenciadas:

- 1) Telhado que mete água; paredes com humidade; andares em elevado estado de putrefação
- 2) Nem um chuveiro, ou uma casa de banho interior
- 3) Demasiado sombria/escuro (luz natural insuficiente)

¹⁸ Eurostat ([tessi190](#))

¹⁹ Eurostat ([ilc_mdho06a](#)); ([ilc_mdho06b](#)); ([ilc_lvho01](#)); ([ilc_lvho07a](#)); ([ilc_lvho05a](#)); ([ilc_lvho15](#))

As pessoas que vivem em agregados com filhos dependentes são mais severamente afetados por condições de privação habitacional severas. Com uma taxa de 7.3% as pessoas que vivem em agregados com filhos dependentes encontram-se mais do que duas vezes afetadas por condições habitacionais severas do que aquelas que vivem em agregados sem filhos dependentes (2,9%). O pico de 15,3% é atingido por pessoas que pertencem a um agregado com 3 ou mais adultos e filhos dependentes. De entre aqueles com filhos dependentes os menos afetados são os agregados compostos por 2 adultos e um filho dependente (3.7%).

Com uma taxa de 5.6% da população vivendo em condições de privação severa em termos de habitação, Portugal, teve um aumento de 1.3pp entre 2012 e 2013. Junto dos agregados familiares de maior dimensão, a taxa de privação severa em termos de alojamento ultrapassa os 15%: 16.6% dos agregados com três ou mais adultos e com filhos dependentes; 18.8% dos agregados compostos por dois adultos e 3 ou mais filhos.

Segundo o Eurostat, em 2013, 41.4% da população da UE vivia em apartamentos, 34.0% em moradias isoladas e 23.8% em moradias geminadas. Neste período, 11.0% da população da UE28 (Portugal: 8.3%) viviam em agregados nos quais gastavam mais de 40% do seu rendimento disponível com a habitação.

Um outro elemento analisado prendeu-se com a existência de espaço suficiente na habitação. O indicador usado foi a taxa de sobrelotação. Em 2013, 17.4% da população da UE28 e 11.4% da população em Portugal viviam em alojamentos sobrelotados. Relativamente aos cidadãos estrangeiros com mais de 18 anos, essa taxa é significativamente superior: 25.1% dos estrangeiros a residir na EU28; 28.6% dos estrangeiros a residir em Portugal. Se tivermos em conta apenas os cidadãos de países extracomunitários, verifica-se um aumento de 6.9 pp face ao total dos cidadãos estrangeiros residentes na EU-28 e um aumento de 3.7 pp face a Portugal.

Tendências Demográficas

Os aspetos demográficos têm ganho cada vez mais destaque ao nível das políticas europeias. Os dados²⁰ referem que a população europeia está a aumentar, enquanto a estrutura etária está a envelhecer (com a entrada na reforma das gerações do pós-guerra), as pessoas vivem mais, a esperança de vida continua a aumentar, mas o índice de fertilidade aumenta muito lentamente.

Segundo as Nações Unidas o continente europeu detinha em 2012, 740 milhões de habitantes, dos quais 504 milhões estão na UE27. Tendo por base as projeções da Eurostat 2010, a população da UE27 será ligeiramente superior em 2060, enquanto que em termos de estrutura etária será muito mais envelhecida do que é hoje. Este é um envelhecimento na base e no topo, uma vez que se assiste a um aumento das pessoas idosas e a uma redução das crianças e mesmo das pessoas em idade ativa.

Em 2012²¹, e para a UE27, a percentagem de população jovem (0-14 anos de idade) foi de 15.6% na UE27 (PT: 14.8%), a percentagem de pessoas em idade ativa foi de 66.6% (PT: 65.8%) e a população idosa (65 ou mais anos) de 17.8% (PT: 19.4%). É interessante também verificar a percentagem dos muito idosos (pessoas com 80 ou mais anos) que também tem vindo a aumentar: para a UE27 esta percentagem foi de 4.9% e para Portugal foi de

²⁰ *European Social Statistics – 2013 Edition*, Eurostat Pocketbooks, 2013, p. 15 e ss

²¹ *Report on Demography*, Newsrelease 49/2013, Eurostat 26 de Março de 2013; EU Employment and Social Situation, *Quarterly Review – Special Supplement on Demographic Trends*, Março de 2013.

5.3%). A idade média da população da UE27 era de 41.5 anos a 1 de Janeiro de 2012 (em 1992 a idade média era de 35.7 anos) e espera-se que em 2060 seja de 47.6 anos. Em termos de índice de dependência dos idosos verificou-se que para 2012 e para a UE27 este foi de 26.8%, ou seja, havia cerca de 4 pessoas em idade ativa para cada pessoa com 65 ou mais anos. Este índice está projetado para que aumente para o dobro em 2060 (52.6%). O índice de dependência dos jovens tem vindo a diminuir, sendo que em 1992 foi 28.5% e em 2012 foi 23.4%. Olhando a estas percentagens, o índice de dependência global para a UE27 tem vindo a subir ligeiramente nestas duas últimas décadas, passando de 49.5% em 1992 para 50.2% em 2012, ou seja, existiam cerca de 2 pessoas em idade ativa para cada pessoa dependente.

Quadro 8: Índice de dependência, %

	Índice de dependência total		Índice de dependência dos Jovens		Índice de dependência dos Idosos	
	1992	2012	1992	2012	1992	2012
UE27	49.5	50.2	28.5	23.4	21.1	26.8
PT	49.9	52.1	29.0	22.5	20.9	29.6

Fonte: Eurostat

Um outro indicador importante a reter prende-se com a taxa de fecundidade, uma vez que se tem vindo a assistir a uma diminuição no número de filhos, o que em parte explica o ligeiro abrandamento no crescimento da população na UE27, mas também se tem verificado que as mulheres são mães cada vez mais tarde. Para haver renovação de gerações a taxa de fecundidade deveria ser de 2.1 filhos por mulher.

Quadro 9: Taxa de fecundidade, 2002-2011

	1960	1970	1980	1990	2000	2002	2006	2009	2010	2011
UE27	-	-	-	-	-	1.46	1.54	1.59	1.60	1.57
PT	3.16	3.01	2.25	1.56	1.55	1.47	1.36	1.32	1.36	1.35

Fonte: Eurostat

Imigração

Durante o ano de 2012²², cerca de 1.394 milhões de pessoas imigraram de um país fora da Europa para um dos Estados Membros da UE. Foram países como o Reino Unido (566 044), a Alemanha (489 422), Espanha (457 649) e Itália (385 793) que registaram o maior número de imigrantes em 2011. Também em 2011, a percentagem relativa de regresso de nacionais no total de imigrantes foi elevada na Lituânia (89.3% do total dos imigrantes), Portugal (63.6%), Croácia (55.3%). Estónia (54.8%) e Grécia (54.5%).

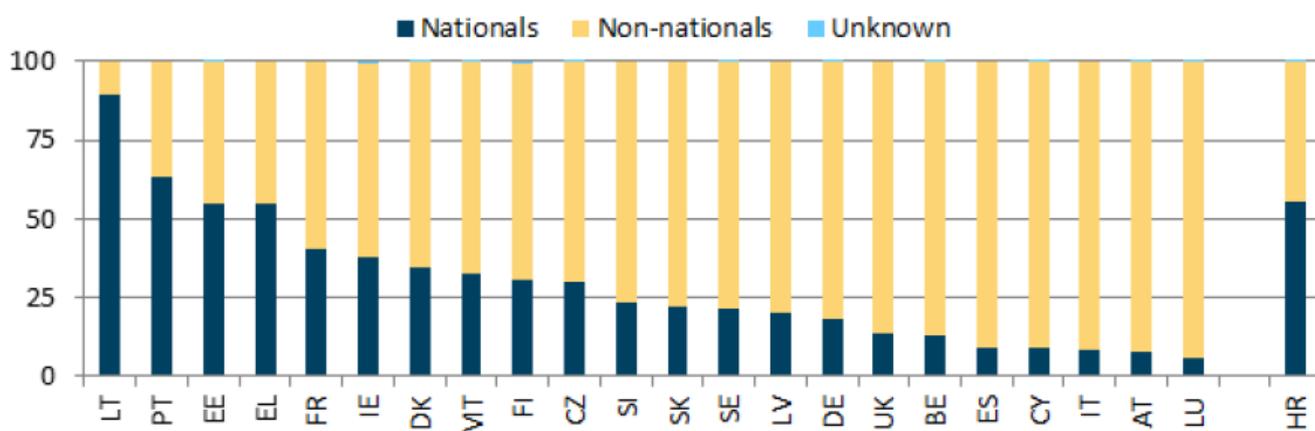
²² *European Social Statistics – 2013 Edition*, Eurostat Pocketbooks, 2013, p. 36 e ss.

Quadro 10: Imigração, 2013

	Nacionais		Não nacionais			
			Cidadãos de outros EM da UE27		Cidadãos de países extra UE27	
	1000	%	1000	%	1000	%
UE27	482.386	95.9	-	-	20370	4.1
PT	10.070	96.0	101	1.0	316	3.0

Fonte: Eurostat ([migr_pop1ctz](#))

Figura 2: Percentagem de retorno de imigrantes, UE27, 2011 (%)



Fonte: Eurostat, 2011

ALGUNS INDICADORES INERENTES À POBREZA E À EXCLUSÃO SOCIAL EM PORTUGAL

Sendo o fenómeno da Pobreza e da exclusão social multifacetado, torna-se necessário considerar uma pluralidade de indicadores que, devido ao seu carácter inter-relacional, influenciam, de forma direta ou indireta, o problema em análise. De forma a dar a conhecer, em traços gerais, a realidade do nosso país a esse nível, apresentamos de seguida os valores estatísticos, mais recentes, referentes aos indicadores inerentes à pobreza e à exclusão social em Portugal.

Taxa de Risco de Pobreza²³

O Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (EU- SILC) realizado anualmente junto das famílias residentes em Portugal indica que 18.7% das pessoas estavam em risco de pobreza em 2012, valor que aumentou 0.8 p.p face ao ano anterior e o mais elevado desde 2005.

É importante referir que a taxa de risco de pobreza tem como base o rendimento mediano por adulto equivalente²⁴, permitindo assim que o risco de pobreza seja medido tendo em conta os rendimentos da população de um país num determinado momento. Registou-se um decréscimo nominal de 1.8% entre 2011 e 2012. Consequentemente o limiar, ou linha de pobreza relativa reduziu-se de 4 994 euros para 4 904 euros (de 416 euros mensais passou para 409 euros mensais).

Quadro 11: Limiar de Risco de Pobreza (2004 - 2012) (INE)

Ano de referência do rendimento	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Limiar de risco de pobreza - anual (€)	4149	4317	4386	4544	4886	4969	5207	5046	4994	4904

Fonte: INE

A tendência das mulheres apresentarem uma maior vulnerabilidade à pobreza comparativamente aos homens não se verifica neste último ano (os números são de 18.6% para as mulheres e 18.8% para os homens).

A análise do risco de pobreza segundo os grupos etários demonstra que a população mais jovem é das mais vulneráveis. Contudo, tem-se verificado que a taxa de risco de pobreza das pessoas idosas tem vindo a diminuir consideravelmente desde 2003, tendo atingido em 2012 a percentagem de 14.7%.

A taxa referente aos menores de 18 anos sofreu uma redução de 2010 (22.4%) para 2011 (21.7%) e em 2012 registou-se uma subida bastante acentuada; os dados de 2011 revelam que 21.7% das crianças encontravam-se em risco de pobreza e em 2012 este número subiu para 24.4%.

²³ Destaque - Rendimento e Condições de Vida - 2013 (dados provisórios), INE, Março de 2014; www.ine.pt

²⁴ Segundo o INE, "O rendimento por adulto equivalente é obtido dividindo do rendimento líquido de cada família pela sua dimensão em número de adultos equivalente e o seu valor atribuído a cada membro da família".

No entanto, o risco de pobreza para a população adulta em idade ativa tem vindo a aumentar nestes últimos anos. Em 2011 a taxa de risco de pobreza para a população em idade ativa foi de 16.9% (mais 0.7 p.p do que em 2010: 16.2%) e em 2012 foi de 18.4%.

Quadro 12: Taxa de Risco de Pobreza segundo o sexo e o grupo etário, 2003-2012 (INE) (%)

Ano de referência do rendimento	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Taxa de pessoas em risco de Pobreza	20.4	19.4	18.5	18.1	18.5	17.9	17.9	18.0	17.9	18.7
Taxa de pessoas em risco de Pobreza (Homens)	19.2	18.7	17.7	17.2	17.9	17.3	17.3	17.6	17.5	18.8
Taxa de pessoas em risco de Pobreza (Mulheres)	21.6	20.1	19.1	19.0	19.1	18.4	18.4	18.4	18.2	18.6
Taxa de pessoas em risco de Pobreza (< ou =17 anos)	24.6	23.7	20.8	20.9	22.8	22.9	22.4	22.4	21.7	24.4
Taxa de pessoas em risco de Pobreza (18 - 64 anos)	17.0	15.9	15.7	15.2	16.3	15.8	15.7	16.2	16.9	18.4
Taxa de pessoas em risco de Pobreza (>65 anos)	28.9	27.6	26.1	25.5	22.3	20.1	21.0	20.0	17.4	14.7

Fonte: EU – SILC: Inquérito às Condições de Vida

As estatísticas do INE indicam que as pessoas que vivem em agregados familiares sem crianças dependentes estão menos expostas ao risco de pobreza do que as que se encontram em agregados com crianças dependentes. Efetivamente, a taxa de risco de pobreza para a população que reside em agregados sem crianças diminuiu de 2011 para 2012, ou seja de 15.2% e 15.0% respetivamente. A taxa de risco de pobreza das famílias com crianças dependentes registou um aumento de 1.7% sendo de 22.2%

Quadro 13: Taxa de Risco de Pobreza segundo composição do agregado familiar (EU-SILC2004 - EU-SILC2013) (%)

Ano de referência do rendimento	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
---------------------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

Total sem crianças dependentes	20.0	18.5	18.9	18.7	16.1	15.4	16.5	15.8	15.2	15.0
1 Adulto sem crianças	35.2	37.1	34.9	33.0	31.0	28.0	30.1	27.5	24.2	21.7
1 adulto sexo masculino, sem crianças			28.3	26.4	26.2	23.6	25.5	26.4	22.7	
1 adulto sexo feminino, sem crianças			38.2	36.1	33.1	30.1	32.4	28	25.0	
1 adulto com menos de 65 anos, sem crianças	25.7	28.0	26.3	27.3	25.0	20.1	22.2	23.2	20.7	
1 adulto com 65 + anos, sem crianças	41.0	42.2	39.8	36.6	34.5	32.7	34.9	30.1	26.6	
2 Adultos ambos c/ menos de 65 anos, sem crianças	16.2	15.2	18.3	17.6	16.5	16.4	16.6	16.2	16.6	17.1
2 Adultos, pelo menos 1 c/ 65 + anos, sem crianças	30.0	28.1	25.8	26.4	21.7	18.7	20.3	19.5	16.5	13.5
Outros agregados, sem crianças	11.5	8.7	9.5	9.3	7.4	8.7	9.1	9.1	10.1	12.0
Total, com crianças dependentes	20.6	20.0	18.1	17.7	20.4	19.9	19.1	20.1	20.4	22.2
1 Adulto c/ pelo menos 1 criança	34.8	31.5	41.2	33.6	38.9	37.0	37.0	27.9	30.5	33.6
2 Adultos com 1 criança	12.8	14.7	12.1	12.2	16.7	13.4	12.6	15.6	16.2	16.0
2 Adultos com 2 crianças	24.0	23.9	18.6	17.0	20.6	19.4	17.1	19.8	17.0	19.8
2 Adultos com 3 + crianças	41.0	42.0	37.8	43.3	31.9	36.1	33.2	34.5	41.2	40.4
Outros agregados, com crianças	17.5	14.9	15.8	16.3	18.0	20.1	20.7	19.5	22.3	23.7

Fonte: EU – SILC: Inquérito às Condições de Vida

Po – Valor Provisório

O emprego ou a sua ausência tem um impacto importante ao nível da taxa de risco de pobreza. Enquanto a taxa de risco de pobreza dos trabalhadores é de cerca 10.5%, entre a população desempregada esta taxa subiu consideravelmente para 40.2%. A população reformada teve uma taxa de risco de pobreza de 12.8% e os outros inativos 29.5%.

Quadro 14: Taxa de Risco de Pobreza segundo a condição perante o trabalho (EU-SILC2004 - EU-SILC2012) (%)

Ano de referência	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012 (PO)
Total com emprego	12.4	11.9	11.2	9.7	11.8	10.3	9.7	10.3	9.9	10.5
Total sem emprego	27.8	26.6	26.3	26.9	24.8	24.4	24.5	24.3	24.1	23.8

Desempregado	32.0	28.4	31.1	32.2	34.6	37.0	36.4	36.0	38.4	40.2
Reformado	25.8	25.1	22.9	23.1	20.1	17.4	18.5	17.9	15.9	12.8
Outros inativos	29.0	27.9	29.0	30.2	28.3	29.9	28.0	28.4	29.2	29.5

Fonte: EU – SILC: Inquérito às Condições de Vida

Po – Valor Provisório

Nota: nos indicadores relativos à condição perante o trabalho foi considerada o total da população com 18 e mais anos.

➤ Linha de Pobreza ancorada no Tempo

O INE procedeu ao cálculo da linha de pobreza ancorada no tempo (2009) e atualizada em 2010, em 2011 e em 2012, tendo por base a variação do índice de preços no consumidor.

Neste sentido verificou-se um aumento da proporção de pessoas em risco de pobreza: 17.9% em 2009, 19.6% em 2010, 21.3% em 2011 e 24.7% em 2012. Este aumento é mais significativo para os menores de 18 anos (22.4% em 2009, 23.9% em 2010 e 26.1% em 2011 e em 2012 de 30.9%) e para a população em idade ativa (15.7% em 2009, 17.7% em 2010 e 20.4% em 2011 e em 2012 de 23.7%).

Quadro 15: Linha de pobreza ancorada em 2009 e taxa de risco de pobreza (%), Portugal, EU-SILC 2010-2013

Ano de referência	un.	2009	2010	2011	2012 (PO)
Linha de Pobreza a preços de 2009	€	5 207	5 280	5 473	5624
Taxa de risco de Pobreza	%	17.9	19.6	21.3	24.7

Fonte: EU-SILC. Inquérito às Condições de Vida

Po – Valor Provisório

Intensidade da Pobreza²⁵

A Taxa de Intensidade da Pobreza mede a diferença entre o valor do limiar de pobreza e o rendimento monetário mediano dos indivíduos em risco de pobreza. Quando se verifica o aumento da Taxa de Intensidade da Pobreza significa um agravamento da falta de recursos dos indivíduos em risco de pobreza.

Os resultados provisórios do INE indicam **para 2012 um novo aumento da intensidade da pobreza (27.3%) face a 2011 (24.1%). Esta taxa é superior junto da população masculina (28.4%), sendo a das mulheres de 27.2%.**

Quadro 16: Taxa de Intensidade da Pobreza, segundo sexo (EU-SILC2007 - EU-SILC2013) (%)

Ano de referência dos dados	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012 (PO)

²⁵ Destaque – Rendimento e Condições de Vida – 2013 (dados provisórios), INE, Março de 2014; www.ine.pt

Total	24.3	23.2	23.6	22.7	23.2	24.1	27.3
Homens	24.3	22.5	24.9	23.1	23.4	25.3	28.4
Mulheres	24.2	23.6	23.0	22.6	23.0	23.2	27.2

Fonte: EU – SILC: Inquérito às Condições de Vida

Po – Valor Provisório;

Desigualdade na distribuição do rendimento²⁶

Segundo dados do INE (Rendimento e Condições de Vida), **em 2012, 20% da população com maior rendimento recebia aproximadamente 6.0 vezes o rendimento dos 20% da população com o rendimento mais baixo.** Esta desigualdade é ainda maior quando verificamos que 10% da população mais rica auferem 10.7 vezes o rendimento dos 10% da população mais pobre (10.0 em 2011 e 9.4 em 2010).

Temos vindo a assistir nestes últimos anos a um aumento das desigualdades. Efetivamente, os três indicadores que procuram medir a desigualdade na distribuição do rendimento apontam para um aumento das desigualdades.

Quadro 17: Indicadores de Desigualdade do Rendimento (EU-SILC2007 - EU-SILC2013)

Ano de referência de dados	Un.	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012 (Po)
Coeficiente de <i>Gin</i> ²⁷	%	37.8	38.1	37.7	36.8	35.8	35.4	33.7	34.2	34.5	34.2
Desigualdade na distribuição de rendimentos (S80/S20)	nº	7.0	7.0	6.7	6.5	6.1	6.0	5.6	5.7	5.8	6.0
Desigualdade na distribuição de rendimentos (S90/S10)	nº	12.3	12.2	11.9	10.8	10.0	10.3	9.2	9.4	10.0	10.7

Fonte: EU – SILC: Inquérito às Condições de Vida

Po – Valor Provisório

²⁶ Destaque – Rendimento e Condições de Vida – 2013 (dados provisórios), INE, Março de 2014; www.ine.pt

²⁷ A desigualdade de um país é tanto maior, quanto mais próximo dos 100% for o coeficiente de Gini.

Impacto das Transferências Sociais sobre a Taxa de Risco de Pobreza²⁸

As transferências sociais têm um impacto importante sobre a Taxa de Risco de Pobreza. Segundo dados do INE, a taxa de risco de pobreza seria de 46.9% na população residente em 2012 se apenas considerássemos os rendimentos do trabalho, de capital e transferências privadas.

Em 2012 e segundo dados provisórios a taxa de risco de pobreza, considerando as transferências sociais era de 18.7% tendo aumentado relativamente ao ano anterior.

Quadro 18: Taxa de risco de pobreza (%) considerando as transferências sociais Portugal EU-SILC 2007-2013 (%)

Ano de referência dos dados	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012 (PO)
Taxa de risco de pobreza antes de qualquer transferência social	41.3	40.8	40.2	40.0	41.5	41.5	43.4	42.5	45.4	46.9
Taxa de risco de pobreza após transferência relativas a pensões	26.5	25.7	25.1	24.2	24.9	24.3	26.4	25.4	25.3	25.6
Taxa de risco de pobreza após transferência sociais	20.4	19.4	18.5	18.1	18.5	17.9	17.9	18.0	17.9	18.7

Fonte: EU- SILC: Inquérito às Condições de Vida e Rendimento

Po – Valor Provisório

Risco de Pobreza e Exclusão Social²⁹

No âmbito da Estratégia 2020 definiu-se um novo indicador relativo à população em risco de pobreza ou exclusão social que procura integrar os conceitos de risco de pobreza relativa (indivíduos com rendimentos anuais por adulto equivalente inferiores ao limiar de pobreza, ou seja, a **taxa de risco de pobreza**), de **situação de privação material severa** e o conceito de **intensidade laboral per capita muito reduzida**³⁰. Refira-se ainda que este indicador combina informações relativas ao ano em que o inquérito foi aplicado (taxa de privação material severa) com informações relativas ao ano de referência dos rendimentos (taxa de risco de pobreza e intensidade laboral per capita), ou seja, ao ano anterior à aplicação do inquérito.

➤ Taxa de Risco de Pobreza ou exclusão social

²⁸ Destaque - Rendimento e Condições de Vida - 2013 (dados provisórios), INE, Março de 2014; www.ine.pt

²⁹ Destaque - Rendimento e Condições de Vida - 2013 (dados provisórios), INE, Março de 2014; www.ine.pt.

³⁰ Consideram-se em intensidade laboral muito reduzida todos os indivíduos com menos de 60 anos que, no período de referência do rendimento, viviam em agregados familiares em que os adultos entre os 18 e os 59 anos (excluindo os estudantes) trabalharam em média menos de 20% do tempo de trabalho possível.

Em Portugal, 25.3% da população encontrava-se em risco de pobreza ou exclusão social, em 2012. Segundo este indicador, verifica-se um aumento de 0,9 pp face a 2011. Os dados provisórios revelados em março de 2014 apontam para 27.4% em 2013.

Quadro 19: População em Risco de Pobreza ou Exclusão Social (EU-SILC 2008 - 2013) (%)

Ano do inquérito	2008	2009	2010	2011	2012	2013
População em risco de pobreza ou exclusão social	26.0	24.9	25.3	24.4	25.3	27.4

Fonte: EU – SILC: Inquérito às Condições de Vida

Po – Valor Provisório

➤ **Privação Material e Privação Material Severa³¹**

Tal como explicado na primeira parte deste documento, a privação material baseia-se na ausência de pelo menos 3 dos 9 itens identificados como representativos das necessidades económicas e materiais dos agregados familiares.

Em Portugal, em 2013, 25.5% da população encontrava-se em situação de privação material, um valor bastante superior ao verificado em 2012 (21.8%).

Quadro 20: Indicadores de privação material Portugal (EU-SILC 2004-2013)

Ano de referência	un.	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013 (PO)
T. de privação material	%	21.7	21.2	19.9	22.4	23.0	21.5	22.5	20.9	21.8	25.5
T. de privação material severa	%	9.9	9.3	9.1	9.6	9.7	9.1	9.0	8.3	8.6	10.9
Int. da privação material	nº	3.7	3.7	3.7	3.7	3.6	3.7	3.6	3.6	3.6	3.6

Fonte: EU- SILC: Inquérito às Condições de Vida e Rendimento

Po – Valor Provisório

Relativamente à privação material analisou-se a informação sobre a impossibilidade de satisfação de necessidades básicas, educativas e de lazer das crianças (dos 1 aos 15 anos) devido a dificuldades económicas:

- 2.2% pertenciam a famílias que referiram não conseguir assegurar pelo menos uma refeição diária de carne ou peixe (ou equivalente vegetariano) para as crianças (4.9% em 2009).

- 1.4% não comiam fruta e legumes pelo menos uma vez por dia (4.3% em 2009).

- 42% não tinham pelo menos uma semana de férias por ano fora de casa (47.4% em 2009).

³¹ *Destaque – Rendimento e Condições de Vida – 2012 (dados provisórios)*, INE, Julho de 2013; www.ine.pt

- 14.3% não podiam ter a roupa usada substituída por alguma roupa nova (excluindo roupa em segunda mão) (14.1% em 2009).

- 2.4% não tinham dois pares de sapatos de tamanho adequado (incluindo um par de sapatos para todas as condições meteorológicas) (4.7% em 2009).

➤ Intensidade Laboral

O terceiro indicador que compõe o conceito de risco de pobreza ou de exclusão social é o de **intensidade laboral *per capita* muito reduzida**. O cálculo deste indicador tem em conta as pessoas com menos de 60 anos a residir em agregados familiares onde os adultos (entre 18 e 59 anos), que não são estudantes, trabalharam, em média, menos de 20% do tempo de trabalho possível. Os dados provisórios do INE indicam que, em 2012, 12.2% das pessoas com menos de 60 anos encontravam-se em agregados familiares com uma intensidade laboral *per capita* muito reduzida,

Quadro 21: Intensidade laboral *per capita* muito reduzida (EU-SILC 2004 – EU-SILC 2013) (%)

Ano de referência	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012 (PO)
Intensidade laboral <i>per capita</i> muito reduzida	6.9	5.9	6.6	7.2	6.3	6.9	8.6	8.2	10.1	12.2

Fonte: EU – SILC: Inquérito às Condições de Vida e Rendimento

Po – Valor Provisório;

Emprego/ desemprego³²

A população desempregada³³, estimada em 728,9 mil pessoas no 2º trimestre de 2014, verificou um decréscimo homólogo de 15,9% (137,4 mil pessoas) e um decréscimo trimestral de 7,5% (59,2 mil). A taxa de desemprego foi de 13,9%, no 3º trimestre de 2014, traduzindo um decréscimo de 2,5 p.p. face ao trimestre homólogo de 2013 e um decréscimo de 1,2 p.p. face ao trimestre anterior. Este indicador tem vindo a descer consecutivamente desde o 1º trimestre de 2013. **Refira-se ainda que das 35% de pessoas que saíram da situação de desemprego entre o 1º e o 2º trimestre de 2014, 20.9% passaram a estar empregadas e 14.1% transitaram para a inatividade.**

No 2º trimestre de 2014 foi estimada a existência de 5 150,3 mil pessoas em situação de inatividade (com mais de 15 anos), correspondendo a uma taxa de 41% da população com mais de 15 anos. Esta taxa diminuiu face ao 1º trimestre de 2014 (0,3pp), mas aumentou relativamente ao 2º trimestre de 2014 (0,3pp). O número de pessoas inativas disponíveis para trabalhar mas que não procuram emprego foi estimado em 256.6 mil pessoas, correspondendo a 7% da população inativa com mais de 15 anos. Este valor diminuiu 5.5% face ao período homólogo (2º trimestre de 2013).

³³ INE; *Destaque - Estatísticas do Emprego*, 2º trimestre de 2014, 5 de Agosto de 2014; www.ine.pt

Quadro 22: Taxa de desemprego total

	2013 2º Trimestre	2014 1º trimestre	2014 2º trimestre
H/M	16.4	15.1	13.9
Homens	16.3	15.1	13.5
Mulheres	16.4	15.2	14.3
Jovens (15-24 anos)	37.4	37.5	35.6
Desemprego de longa duração	10.1	9.6	9.4
Região Norte	17.1	15.8	15.0
Região Centro	11.4	11.0	10.4
Região Lisboa	19.2	16.4	15.1
Região Alentejo	17.3	16.0	14.0
Região Algarve	16.6	18.3	13.5
R. A Açores	16.0	18.0	16.0
R. A. Madeira	18.4	16.4	15.7

Fonte: INE, Estatísticas do Emprego – 2º Trimestre de 2014

A taxa de desemprego dos homens (13,5%), no trimestre em análise, foi inferior à das mulheres (14,3%). A taxa de desemprego dos homens diminuiu em relação ao trimestre homólogo e ao trimestre anterior (2,8 p.p. e 1,6 p.p., respetivamente). Apesar da taxa de desemprego das mulheres também sofrer uma queda no período homólogo (2,1 p.p.) e face ao trimestre anterior (0,9pp), esta diminuição foi menor do que a dos homens. A taxa de desemprego dos jovens (15 a 24 anos) foi de 35,6%, valor inferior ao observado no trimestre homólogo de 2013, em 1,8 p.p., e ao observado no trimestre anterior, em 0,9 p.p. Refira-se ainda uma diminuição da taxa de desemprego de longa duração de 10,1%, no 2º trimestre de 2013, para 9,4% no período homólogo em 2014.

Tendo em conta a dimensão geográfica, verifica-se uma diminuição entre o 2º trimestre de 2013 e o de 2014 em todas as regiões de Portugal, com exceção dos Açores onde esta taxa permaneceu estável (16%). Lisboa, pelo contrário, foi a região onde se verificou uma maior descida na taxa de desemprego, passando de 19,2% no 2º trimestre de 2013, para 15,1% no período homólogo em 2014. No 2º trimestre de 2014, as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira eram as regiões com taxas de desemprego mais elevadas (16,0% e 15,7% respetivamente). Em relação ao trimestre anterior a taxa de desemprego desceu em todas as regiões e foi no Algarve onde se verificou um maior decréscimo – 4,8 pp.

Quadro 23: Taxa de desemprego por grupo etário, sexo e nível de escolaridade completo ³⁴

Portugal	Sexo	2011	2012	2013
Tx de desemprego	H/M	12.7	15.7	16.3
	H	12.4	15.7	16.1
	M	13.1	15.6	16.4
15 aos 24 anos	H/M	30.1	37.7	37.7
	H	28.7	36.4	36.3
	M	31.7	39.2	39.3
25 aos 34 anos	H/M	14.0	18.1	19.0
	H	13.4	17.6	17.9
	M	14.6	18.7	20.2
35 aos 44 anos	H/M	11.0	13.4	14.3
	H	10.5	13.2	13.9
	M	11.5	13.5	14.7
45 + anos	H/M	9.7	11.5	12.3
	H	9.9	12.2	13.1
	M	9.4	10.8	11.4
Nível de escolaridade				
Até ao básico – 3º ciclo	H/M	13.6	16.2	17.1
Secundário e pós-secundário	H/M	13.3	17.6	17.2
Superior	H/M	9.2	11.9	12.9

Tendo em conta as estatísticas do IEFP, no final do mês de agosto de 2014, encontravam-se inscritos como desempregados, nos Centros de Emprego do Continente e Regiões Autónomas, 624 230 indivíduos, número que representa 72,8% de um total de 857 442 pedidos de emprego. O total de desempregados registados no País diminuiu (-10,2%; -70 835), em comparação com o mês homólogo do ano anterior. Em relação a Julho deste ano, também se observou um aumento (+2,0%; +120534)³⁵.

A diminuição do número de desempregados inscritos verificou-se em todos os grupos em análise, mas afetou mais os homens, os jovens e os inscritos há menos de um ano. Assim enquanto se evidenciou uma quebra anual do desemprego nos homens de 11,5%, nas mulheres a diminuição foi de 9,0%. No que respeita à idade, os segmentos dos adultos tiveram uma diminuição de 9,8%, e nos jovens apresentaram uma descida de 12,9%. Quanto ao tempo de inscrição, verificou-se uma diminuição homóloga de 17,2% ao nível dos desempregados inscritos há menos de um ano e de 2,0% junto dos desempregados de longa duração (tempo de inscrição igual ou superior a um ano).

Privação Habitacional

³⁴ INE

³⁵ IEFP, *Informação mensal do mercado de emprego*, Agosto 2014, nº8

As condições habitacionais são indicadores relevantes para conhecer as condições de vida da população e a vulnerabilidade à pobreza. A este nível o INE apresenta quatro indicadores relevantes:

- *Taxa de sobrelotação da habitação* – proporção da população que vive em alojamentos em que o número de quartos é insuficiente para o número e perfil dos membros do agregado, ou seja, proporção da população que habita em alojamentos sobrelotados;
- *Taxa de privação severa das condições de habitação* – proporção da população que, para além de viver num alojamento sobrelotado, convive com um dos seguintes problemas: falta de instalação de banho ou duche; ausência de sanita com autoclismo; teto que deixa passar água, humidade nas paredes ou apodrecimento das janelas ou soalho; luz natural insuficiente;
- *Carga mediana das despesas de habitação* – mediana do rácio entre as despesas anuais com habitação e o rendimento disponível. São incluídas como despesas com habitação as contas de água, eletricidade, gás, condomínio, seguros, saneamento, pequenas reparações, rendas e juros dos créditos à habitação.
- *Taxa de sobrecarga das despesas em habitação* – proporção da população que vive em agregados familiares em que o rácio entre as despesas anuais com a habitação e o rendimento disponível é superior a 40%.

Os dois primeiros indicadores procuram dar a conhecer as condições de habitabilidade em que se encontram os agregados familiares. A este nível, verifica-se uma diminuição da proporção da população que se encontra numa situação de sobrelotação e a um aumento da proporção da população que se encontra com privações severas das condições de habitação. Em 2013, 11.4% da população residia em alojamentos sobrelotados e 5.7% da população encontrava-se em situação de privação severa das condições de habitação.

Por outro lado, os indicadores que procuram analisar o peso das despesas de habitação no rendimento do agregado familiar apresentam um agravamento dos resultados. Assim, em Portugal a carga mediana das despesas de habitação foi em 2013 de 12.9%. Quanto a sobrecarga das despesas de habitação, os dados do INE apontam para a existência de 8.2% da população portuguesa a residir em agregados onde as despesas com habitação correspondem a mais de 40% do rendimento do agregado.

Quadro 25: Indicadores de privação habitacional Portugal (EU-SILC 2009-2013) (%)

Ano de referência	2009	2010	2011	2012	2013 (PO)
Taxa de sobrelotação da habitação	14.1	14.6	11.0	10.0	11.4
Taxa de privação severa das condições de habitação	4.7	5.6	4.0	4.3	5.7
Carga mediana das despesas de habitação	11.3	10.4	11.7	12.9	12.9
Taxa de sobrecarga das despesas em habitação	6.1	4.2	7.2	8.3	8.2

Prestações Sociais

Um dos aspetos relevantes neste período de crise económica pelo qual o país tem passado prende-se com as mudanças ocorridas nas regras de acesso a algumas das prestações sociais e nos montantes adstritos às mesmas. Esta situação tem-se traduzido numa redução no número de beneficiários e nos valores recebidos o que necessariamente tem impacto na economia das famílias. Nos quadros seguintes são apresentadas as evoluções nos números de beneficiários de algumas das prestações sociais (RSI; CSI; Desemprego).

➤ Rendimento social de Inserção: Famílias e Beneficiários (nº)

	Anual				Mensal		
	2010	2011	2012	2013	08-2012	08-2013	08-2014
Famílias com processamento de RSI	206 700	173 028	160 358	148 107	116 168	107 725	91 578
Beneficiários com processamento de RSI	526 013	447 605	420 803	360 153	293 943	257 520	212 147

Fonte: Segurança Social

Situação da base de dados 1/Setembro/2014

➤ Rendimento Social de Inserção - Valor Médio processado em Dezembro de cada ano (€)

	2010	2011	2012	2013
Por Família	228.07	242.01	214.68	210.85
Por Beneficiário	87.64	89.17	83.71	87.11

Fonte: Segurança Social

Situação da base de dados 1/fevereiro/2014

Segundo os últimos dados divulgados pela Segurança Social que reportam a agosto de 2014 verifica-se que o nº de famílias com processamento de RSI era de 91.578 e o nº de beneficiários era de 212.147, menos 45 373 pessoas abrangidas pela medida. O valor médio processado em agosto de 2014 foi de 91.10 euros por beneficiário e de 214.85 por família.

➤ Complemento Solidário para Idosos: Beneficiários (nº)

	Anual				Mensal		
	2010	2011	2012	2013	08-2012	08-2013	01-2014
Complemento Solidário para	246 664	248 734	244 869	237 844	232 184	225 567	172 856

Idosos							
--------	--	--	--	--	--	--	--

Fonte: Segurança Social

Situação da base de dados 1/setembro/2014

➤ **Prestações de Desemprego: Beneficiários por tipo de subsídio e ano de processamento (nº)**

	Anual				Mensal		
	2010	2011	2012	2013	08-2012	08-2013	08-2014
Subsídio de Desemprego	424 966	453 413	543 615	562 998	304 068	322 524	260 352
Subsídio Social Desemprego Inicial	108 879	69 644	62 230	47 826	29 498	20 522	13 207
Subsídio Social Desemprego Subsequente	92 734	66 908	77 905	100 617	36 528	45 808	46 853
Prolongamento Subsídio Social Desemprego	103	68	87	88	37	31	35
Total	626 682	590 033	683 837	711 529	370 157	388 885	320 447

Fonte: Segurança Social³⁶

➤ **Prestações de Desemprego: Valores médios mensais do subsídio processados por beneficiário, por tipo de subsídio e ano de processamento (€)**

	2010	2011	2012	2013
Subsídio de Desemprego	548.38	564.32	565.48	534.83
Subsídio Social Desemprego Inicial	353.11	421.50	415.69	379.40
Subsídio Social Desemprego Subsequente	363.32	423.35	419.67	407.33
Prolongamento Subsídio Social Desemprego	359.21	381.90	373.07	374.90
Total	493.01	537.89	541.35	513.34

Fonte: Segurança Social³⁷

Sobre-endividamento

³⁶Notas: Inclui dados do Subsídio de Desemprego, Subsídio Social de Desemprego Inicial, Subsídio Social de Desemprego Subsequente e Prolongamento de Subsídio Social de Desemprego; Caso um beneficiário tenha lançamento por mais de um tipo de subsídio no ano, ele é contabilizado uma vez em cada um dos subsídios; A partir de 2005 apenas são contabilizados beneficiários com lançamento cujo o motivo tenha sido "Concessão Normal"; Situação da base de dados em 1/fevereiro/2014; Dados sujeitos a atualizações. In <http://www4.seg-social.pt/estatisticas>

³⁷ Notas: Inclui dados do Subsídio de Desemprego, Subsídio Social de Desemprego Inicial, Subsídio Social de Desemprego Subsequente e Prolongamento de Subsídio Social de Desemprego; A partir de 2005 apenas são contabilizados beneficiários com lançamento cujo o motivo tenha sido "Concessão Normal"; Situação da base de dados em 1/fevereiro/2014; Dados sujeitos a atualizações. In <http://www4.seg-social.pt/estatisticas>

Um outro indicador que merece também algum destaque prende-se com as situações de sobre-endividamento que têm afetado muitas famílias portuguesas. A seguir são apresentados os últimos dados disponibilizados pela DECO para Março de 2014 (comparação com o mês homólogo):

➤ **Titulares por escalões etários**

	03-2014	03-2013
Menos de 35 anos	23.1	25.3
Entre os 35 e os 44 anos	29.6	32.0
Entre os 45 e os 54 anos	23.5	24.8
Entre os 55 e os 64 anos	16.6	12.1
65 anos e mais	6.5	5.2
Sem informação	0.7	0.6

Fonte: Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa. Dados cedidos pelo Gabinete de Apoio ao Sobre-endividado

➤ **Causas dos Pedidos**

	03-2014	03-2013
Acção de execução / Penhoras	3.8	4.2
Redução rendimentos do trabalho	26.9	26.7
Desemprego/Incapacidade para trabalho	24.0	29.1
Aumento do agregado familiar	5.8	5.8
Divórcio / Separação	7.4	7.3
Má gestão	6.4	7.3
Outras	25.6	19.6

Fonte: Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa. Dados cedidos pelo Gabinete de Apoio ao Sobre-endividado.

Envelhecimento e Cuidados de Longa Duração: Dados da OCDE para Portugal³⁸

Em 2011, 19% da população portuguesa tinha 65 ou mais anos e 5% tinha 80 ou mais anos. Ambas as taxas superiores à média da OCDE que foram 15% e 4%, respetivamente.

³⁸ Sumário para Portugal resultante da publicação: *A Good Life in Old Age? Monitoring and Improving Quality in Long-Term Care*, OECD, 2013.

Em 2050 as projeções indicam que a população portuguesa com 65 e mais anos poderá aumentar 32% e a população com 80 ou mais anos, 11%. Também aqui as projeções são superiores às médias esperadas para a OCDE: 25.7% e 10% respetivamente.

O relatório da OCDE destaca a importância que a Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados tem tido na promoção da qualidade dos serviços de cuidados de longa duração. No entanto, salienta que Portugal ainda tem poucos profissionais desta área com formação, e poucas pessoas recebem este tipo de serviços. Em 2011 existiam 4 profissionais de cuidados de longa duração por 1000 pessoas com 65 ou mais anos, comparado com a média da OCDE que era de 3.2. Em 2011, 1% da população com 65 ou mais anos receberam cuidados de longa duração nas instituições (média da OCDE foi de 4%), com 0.4% da população, recebendo cuidados em casa (média da OCDE foi de 7.9%).

Em termos de despesa pública para os cuidados de longa duração e para o ano de 2010 (0.14% do PIB), esta ainda se mantém abaixo dos valores da OCDE (1.6%).

Alterações demográficas em Portugal: Dados do INE

O INE publicou a 28 de março último as projeções da população residente 2012-2060³⁹. São delineados vários cenários (baixo, central, alto e sem migrações). A população residente em Portugal tenderá a diminuir em qualquer dos cenários considerados. Esta tendência é transversal a todas as regiões NUTS II, com exceção do Algarve nos cenários central e alto em que a população aumenta e de Lisboa no cenário alto, em que a população se mantém.

Haverá igualmente um forte envelhecimento demográfico em qualquer dos cenários. Ainda que este envelhecimento se verifique em todas as regiões NUTS II. Até 2060 a população em idade ativa (dos 15 aos 64 anos) residente em Portugal diminui em todos os cenários considerados. Em Portugal o índice de envelhecimento entre 2012 e 2060 poderá aumentar de 131 para 307 idosos por cada 100 jovens, no cenário central.

Figura 3: Quadro síntese dos principais resultados, Portugal, 2012 (estimativa) e 2060 (Projeção)

Portugal e NUTS II	Cenários de projeção	População total		População 0-14 anos		População 15-64 anos		População 65 e mais anos		Índice de envelhecimento		Índice de sustentabilidade potencial	
		2012	2060	2012	2060	2012	2060	2012	2060	2012	2060	2012	2060
n°													
Portugal	Baixo	10 487 289	6 346 726	1 550 201	587 623	6 904 482	3 030 165	2 032 606	2 728 938	131	464	340	111
	Central		8 575 339		992 556		4 540 143		3 042 640		307		149
	Alto		9 223 617		1 165 090		4 714 540		3 343 987		287		141
	Sem Migrações		7 856 281		833 925		4 059 331		2 963 025		355		137

³⁹ Destaque - Projeções de população residente 2012-2060, INE, março de 2014.

FONTES:

Bibliografia

- *A Good Life in Old Age? Monitoring and Improving Quality in Long-Term Care*, OECD, 2013.
- *At risk of poverty or social exclusion in the EU27*, Newsrelease 28/2013, Eurostat, 26 de Fevereiro 2013.
- *Children were the age group at the highest risk of poverty or social exclusion in 2011*, Statistics in Focus 4/2013, Eurostat, 2013.
- *Destaque – Estatísticas do Emprego 3º Trimestre de 2013*, 7 de Novembro de 2013
- *Destaque - Estatísticas do Emprego, 4º trimestre de 2013*, 5 de Fevereiro de 2014
- *Destaque - Projeções de população residente 2012-2060*, INE, Março de 2014.
- *Destaque – Projeções de população residente 2012-2060, INE, março, 2014*
- *Destaque – Rendimento e Condições de Vida – 2013 (dados provisórios)*, INE, Março de 2014;
- *Destaque – Rendimento e Condições de Vida – 2013 (dados provisórios)*, INE, março de 2014.
- *Estatísticas do Emprego – 2º Trimestre de 2013*, INE, 2013.
- *Estatísticas do Emprego 4º trimestre de 2013*, INE, 2013.
- *EU Employment and Social Situation – Quarterly Review, Trends in Poverty and social exclusion between 2012 and 2013 Supplement*, March 2014.
- *Euro area unemployment rate a 12.1%*, Newsrelease 179/2013 de 29 de Novembro de 2013
- *Euro area unemployment rate at 11.9%*, Newsrelease 52/2014 de 1 de Abril 2014.
- *European Social Statistics – 2013 Edition*, Eurostat Pocketbooks, 2013.
- *General Government Expenditure in 2011 – Focus on the functions ‘social protection’ and ‘health’*, Statistics in Focus 9/2013, Eurostat, 2013.
- *Global Employment Trends 2013. Recovering from a second jobs dip*, Genebra, ILO, 2013.
- *Report on Demography*, Newsrelease 49/2013, Eurostat 26 de Março de 2013; *EU Employment and Social Situation, Quarterly Review – Special Supplement on Demographic Trends*, Março de 2013.

Webgrafia

- <http://www.eapn.pt/observatorio-lisboa>
- <http://www.ine.pt>
- <http://www.iefp.pt>
- <http://www.seg-social.pt>